

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 622

Data: 19 de julho de 1992

Pg.: _____



Fernando César Mesquita criou a reserva em 1989

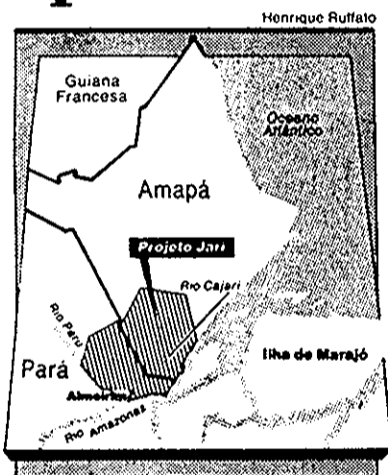
Reserva extrativista do Amapá pode ser extinta

**Ronaldo
Brasiliense**

BRASÍLIA — O juiz federal Daniel Paes Ribeiro, da 1ª Vara do estado do Amapá, deu prazo até a próxima quarta-feira para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) efetue o pagamento das benfeitorias encontradas no interior da reserva extrativista Cajari, no Amapá. Paes Ribeiro ameaça declarar a caducidade da reserva, criada numa área de 400 mil hectares, onde o governo do Amapá financia uma usina de beneficiamento de castanha do Pará administrada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e outras obras de infra-estrutura. Se o pagamento não for efetuado, a reserva Cajari será a primeira unidade de conservação brasileira a perder validade.

O diretor do Conselho Nacional dos Seringueiros no Amapá, Pedro Ramos, tentou sem sucesso conseguir uma audiência na sexta-feira em Brasília com o secretário de Meio Ambiente da Presidência da República, Flávio Perri, procurando uma solução para o impasse. A reserva extrativista foi criada pelo primeiro presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, no dia 12 de março de 1989, através de decreto do ex-presidente José Sarney, atualmente senador pelo PMDB do Amapá, que se mostra omissivo na solução do problema. "O governo Sarney sempre deu prioridade às reservas extrativistas", diz Mesquita, "que foram abandonadas no governo Collor".

O pagamento das benfeitorias — cerca de CR\$ 350 milhões — che-



gou a ser tentado pelo ex-presidente do Ibama, Eduardo Martins, mas a burocracia interna e as constantes mudanças na direção do organismo impediram que fosse efetuado.

A área da reserva Cajari, com 400 mil hectares, foi desapropriada por interesse social e vem sendo

questionada na justiça pela direção do Projeto Jari. Alega-se que 30% de seu terreno pertenceriam ao Projeto, implantado pelo milionário americano Daniel Ludwig e hoje dirigido pelo empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, do grupo Caemi, que liderou o pool de 22 empresas que nacionalizou o Jari em 1982. Missões econômicas da Europa já manifestaram ao governo brasileiro interesse em investir recursos na reserva. O governador do Amapá, comandante Aníbal Barcellos, se comprometeu também a promover obras de infra-estrutura na reserva, inclusive financiando a usina de beneficiamento de castanha.

Além de Cajari, o governo brasileiro tem problemas financeiros também para garantir a regularização fundiária das reservas Alto Rio Juruá, no Acre, e Vale do Guaporé, em Rondônia. Somente a reserva extrativista Chico Mendes, nos municípios de Xapuri e Brasília, no Acre, com 960 mil hectares, teve sua regularização fundiária garantida graças a um convênio firmado entre Ibama e Ministério do Exército. Existe a necessidade também de se garantir a regularização das reservas extrativistas criadas pelo presidente Fernando Collor nos estados do Maranhão e Tocantins.